



Artigo

O obscurantismo bolsonarista, o neoliberalismo e o produtivismo acadêmico

The Bolsonaroist obscurantism, the neoliberalism and the academic productivism

Newton Duarte*¹, Silvia Alves dos Santos², Elaine Cristina Melo Duarte*³**

*Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara-SP, **Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina-PR, Brasil

Resumo

As implicações do bolsonarismo para a produção e difusão de conhecimentos nas instituições públicas de ensino superior são analisadas neste artigo por meio do desenvolvimento de três argumentos teóricos. O primeiro deles é o de que o bolsonarismo é parte de um fenômeno sociocultural mais amplo que é o obscurantismo, o que coloca a exigência de compreensão dos processos que alimentam o obscurantismo no mundo todo e no Brasil em particular. O segundo é o de que o obscurantismo, por sua vez, mantém relações não acidentais com o neoliberalismo, entendido este como a forma contemporânea de organização não só da economia, mas de toda a prática social e, por consequência, das diversas dimensões da vida humana. O vetor político e ideológico central do neoliberalismo é o de que a liberdade dos indivíduos só pode ser assegurada por uma sociedade que seja comandada pela espontaneidade do mercado. A defesa neoliberal da liberdade é, na realidade, um aprisionamento da sociedade a uma perspectiva que retira dos seres humanos a possibilidade de fazerem escolhas sobre o futuro da humanidade. Nesse sentido, a luta contra o bolsonarismo pode não alcançar resultados significativos se não for parte da luta pela libertação da sociedade do aprisionamento à lógica de mercado. O terceiro argumento apresentado neste artigo é o de que o produtivismo, como expressão acadêmica do neoliberalismo, configura a produção e difusão do conhecimento nas instituições públicas de ensino superior de maneira favorecedora da penetração do obscurantismo na vida acadêmica.

Abstract

The implications of Bolsonaroism for the production and diffusion of knowledge in Brazilian public institutions of higher education are analyzed in this article through the development of three theoretical arguments. The first one is that Bolsonaroism is part of

¹ Professor Titular do Departamento de Psicologia da Educação, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-1837-8004> E-mail: newton.duarte@unesp.br

² Professora da Universidade Estadual de Londrina. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-0647-750X> E-mail: sillalves@uel.br

³ Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, UNESP, campus de Araraquara. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-6634-8371> E-mail: elaineCMDuarte@outlook.com.br

a broader sociocultural phenomenon that is obscurantism, which places a demand for understanding the processes that feed obscurantism worldwide and in Brazil in particular. The second is that obscurantism is connected in a non-accidental way with neoliberalism understood here as the contemporary form of organization not only of the economy but of all social practice and consequently of the different dimensions of human life. The central political and ideological vector of neoliberalism is that the freedom of individuals can only be ensured by a society that is commanded by the spontaneity of the market. The neoliberal defense of freedom is, in reality, an imprisonment of society to a perspective that removes from human beings the possibility of making choices about the future of humanity. In this sense, the fight against Bolsonarism may not achieve significant results if it is not part of the struggle for the liberation of society from imprisonment to market logic. The third argument presented in this article is that productivism, as an academic expression of neoliberalism, configures the production and diffusion of knowledge in public institutions of higher education in a way that favors the penetration of obscurantism in academic life.

Palavras-chave: Bolsonarismo, Obscurantismo, Neoliberalismo, Produtivismo acadêmico.

Keywords: Bolsonarism, Obscurantism, Neoliberalism, Academic productivism.

Introdução

É bastante conhecido o obscurantismo que caracteriza a visão de sociedade, de cultura, de política e de educação expressa pelo presidente da república Jair Bolsonaro nas mais diversas ocasiões, quase sempre em estilo beligerante e linguagem incompatível com o decoro exigido pelo cargo ocupado. Seria, porém, o obscurantismo e a atitude de permanente beligerância um fenômeno político e cultural restrito a grupos de extrema direita que destoariam do *ethos* do restante da sociedade brasileira? As evidências, infelizmente, não concorrem para esse tipo de avaliação. Um primeiro fato a ser constatado é o de que, além da cultura retrógrada e perigosa alimentada pelos grupos de extrema direita, existe um contingente numericamente considerável da população brasileira atual que, independentemente de apoiar ou não o atual presidente da república, adere a ideias e comportamentos conectados a visões de mundo nas quais prevalecem o espírito beligerante e a irracionalidade obscurantista. São muitos os exemplos dessas ideias e comportamentos, entre os quais mencionamos os seguintes, a título de exemplificação: valorização da cultura do uso de armas de fogo pelo cidadão comum, negação dos direitos humanos, saudação da ideia de que é desejável a morte e, no limite, o extermínio da população carcerária, identificação entre autoridade e uso da violência física e verbal, apoio à violência policial contra a população negra, homofobia, machismo, negação da laicidade do estado democrático, hostilidade com professores, artistas, cientistas, jornalistas e intelectuais em geral, desconfiança em relação às ciências, desconsideração da questão ambiental, visão da vida social como um estado de guerra permanente, demonização de pessoas de esquerda, criminalização dos movimentos sociais, violência verbal nas redes sociais, hostilidade com pessoas em razão das escolhas que fazem para suas vidas pessoais, etc.

Conflitos entre o bolsonarismo e o Supremo Tribunal Federal levaram à queda de Abraham Weintraub do cargo de ministro da Educação e sua saída apressada do país, levantando em muitos a suspeita de fuga. Isso foi uma perda para o bolsonarismo, pois Weintraub era um dos principais integrantes da chamada "ala ideológica" do governo Bolsonaro, na qual estaria incluído o próprio presidente da república, bem como ministros e assessores vinculados às lideranças religiosas de extrema direita e às ideias e orientações do ex-astrólogo Olavo de Carvalho, influenciador obscurantista que vive nos EUA desde 2005. Segundo notícias veiculadas na imprensa escrita, a saída de Weintraub do governo teria sido bem recebida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que estaria considerando as falas e atitudes extremamente agressivas e inadequadas do ministro da Educação um obstáculo às negociações necessárias à aprovação das reformas neoliberais. O ministro da Economia é visto por alguns como não integrante da "ala ideológica" do governo, pelo fato dele estar pouco interessado nas polêmicas provocadas pelos "olavistas" e manter seu foco na reforma do Estado. Entretanto, a ideia de que exista uma ala ideológica e uma ala não ideológica no governo Bolsonaro tem sido questionada por vários analistas como, por exemplo, Igor Tadeu Camilo Rocha, que argumenta da seguinte maneira:

A construção feita ao caracterizar uma ala do governo por "ideológica", por ser calcada nas pautas negacionistas, anticientíficas, conspiratórias e regressivas a direitos humanos, também acaba por acentuar um suposto caráter "não ideológico" nos demais membros da base do governo. O efeito grave disso é despolitizar aspectos centrais do governo bolsonarista e, assim, empobrecer bastante o debate crítico a seu respeito. É necessário ter em mente que todas as "alas" da base deste e de outros governos é ideológica e isso, em si, não é um problema. Afirmar o contrário significa apenas que alguns comportamentos ideológicos de muitos agentes do governo Bolsonaro se tornaram senso comum, sendo naturalizados a ponto de, mesmo ideológicos, não serem percebidos dessa maneira. (ROCHA, 2019, p. 3)

Todo governo, de direita, de centro ou de esquerda, toma decisões, faz escolhas, implementa projetos e assume atitudes que expressam opções ideológicas. O caráter ideológico de um governo de extrema direita, como o de Jair Bolsonaro, é de tal maneira explícito que se torna praticamente impossível alguém participar do governo sem compartilhar ao menos em parte da visão de mundo obscurantista. Mas isso ainda estaria no plano das opções ideológicas da pessoa que ocupe um cargo no governo, não sendo objeto deste artigo a análise de características pessoais de membros do governo federal. A relevância do questionamento sobre a casualidade ou essencialidade dos vínculos entre o neoliberalismo representado por Paulo Guedes e o obscurantismo representado por Jair Bolsonaro reside no fato de que se trata de uma problemática que vai além dos personagens individuais da política brasileira atual.

Seria, de fato, o neoliberalismo indiferente aos embates ideológicos? Seria o obscurantismo, com suas implicações antidemocráticas, um fenômeno

político e ideológico sem vínculos essenciais com a visão neoliberal de sociedade? Poderia o neoliberalismo se desvincular do obscurantismo e, com sua suposta neutralidade técnica, vincular-se a governos efetivamente comprometidos com o fortalecimento, a ampliação e o aprofundamento da democracia no Brasil? Em outras palavras: numa hipotética situação em que o bolsonarismo desaparecesse da cena política e ideológica ou ficasse reduzido a alguns poucos grupos de extrema direita, mas fossem mantidas as diretrizes neoliberais da política econômica, a democracia brasileira estaria preservada? Estaria a cultura brasileira a salvo do obscurantismo e as instituições públicas de ensino superior poderiam se dedicar às atividades de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva de democratização da produção e difusão do conhecimento?

Receamos, porém, que o bolsonarismo não seja o maior obstáculo à democracia brasileira. Em que pese a necessária luta pelo recuo da influência desse fenômeno sobre a vida pública em nosso país, sob pena da barbárie se generalizar de forma talvez irreversível, é preciso considerar a hipótese de que um recuo do bolsonarismo possa não implicar igual redução da influência do obscurantismo como um fenômeno sociocultural mais amplo. Há raízes mais profundas para a disseminação mundial de visões de mundo reacionárias e anti-humanistas. Essas raízes encontram-se nos processos sociais que produziram o fortalecimento, desde a década de 1980, do neoliberalismo como visão de mundo hegemônica, acentuando-se ainda mais com a crise econômica de 2008. Trata-se do fato de que, quanto mais agudos e insolúveis se mostram os problemas gerados pelo capitalismo, mais intensa se torna a luta ideológica para o convencimento de toda a população de que a única forma de organização social que preserva a liberdade individual é a da sociedade comandada pela economia de mercado, ou seja, pelo capital.

Assim, no primeiro item deste artigo, procuraremos fundamentar a tese enunciada no parágrafo anterior, por meio da análise de elementos das teorizações neoliberais que mostram como essa visão de mundo retira dos seres humanos qualquer possibilidade de construção coletiva consciente do projeto de uma sociedade que, superando o capitalismo, seja mais humana, mais justa e sustentável.

No segundo item apresentaremos argumentos sobre os vínculos entre o neoliberalismo e o produtivismo acadêmico que, ao longo das últimas três décadas, tornou-se *modus operandi* do trabalho de produção do conhecimento nas universidades, com consequências fortemente negativas para o tipo de conhecimento produzido, para a formação de pesquisadores e para o ensino nos cursos de graduação e pós-graduação. Defenderemos a tese de que a cultura acadêmica formatada pela lógica produtivista tem atuado como Cavalo de Tróia que favorece a entrada do obscurantismo no ambiente universitário.

Concluimos o artigo com o alerta de que a adaptação da vida acadêmica à lógica do produtivismo não é uma estratégia eficaz em termos de sobrevivência das instituições públicas de ensino superior no Brasil.

1. O neoliberalismo como entrega da humanidade à onipotência do mercado.

Uma observação que precisa ser feita no início deste item é a de que não desconhecemos o fato de que os estudiosos do neoliberalismo fazem diferenciações entre as escolas do pensamento econômico e social que têm sido abrigadas sob essa denominação. Garrison (2007), por exemplo, afirma que na batalha das ideias, Hayek, da escola austríaca e Friedmann, da escola de Chicago, seriam, em certos aspectos "almas gêmeas" e em outros adversários. Ainda segundo Garrison, o livro de Hayek intitulado *Constitution of Liberty*, publicado em 1960 e o de Friedman, intitulado *Capitalism and Freedom*, publicado em 1962, seriam obras que compartilham a mesma visão de sociedade, ao passo que esses dois pensadores neoliberais divergiam em suas teorizações econômicas sobre, por exemplo, a questão da política monetária. Para os objetivos deste artigo interessa-nos, porém, mais o que une as escolas de pensamento neoliberal do que aquilo que as diferencia.

Nesse sentido, um primeiro ponto a ser abordado é o da economização da sociedade, que está na base da interpretação de que o ministro da economia, Paulo Guedes, representaria a ala técnica do governo Jair Bolsonaro. A economização da sociedade é um processo no qual a política econômica é autonomizada e colocada acima das demais esferas da vida pública, resultando na despolitização das decisões regulamentadoras das atividades sociais, como mostram Madra & Adaman (2014) em seu artigo *Neoliberal reason and its forms: de-politicisation through economisation*. Para esses autores o neoliberalismo não seria uma das várias opções integrantes do horizonte político, ele seria o próprio horizonte político, que abrigaria um espectro relativamente variável de posições ideológicas e, igualmente, seria uma perspectiva econômica que comportaria variações epistemológicas e metodológicas (MADRA; ADAMAN, 2014, p. 711). Ou seja, sob a égide do neoliberalismo seria possível a existência de governos de tendências distintas e até conflitantes.

Se, por um lado, a despolitização da sociedade produzida pelo neoliberalismo fortalece a tese de que essa visão de mundo leva ao enfraquecimento das democracias ocidentais (MARCOS, 2018), por outro lado, a assunção do neoliberalismo como o horizonte político capaz de abrigar diferentes posições político-ideológicas desautorizaria nossa tese de que a cultura neoliberal é terreno fértil para o obscurantismo. Afinal, as políticas econômicas neoliberais têm sido adotadas por governos de extrema direita como a ditadura chilena do General Augusto Pinochet, por governos autoproclamados de centro e também por governos de partidos tidos como de esquerda, como ocorreu com vários governos ditos socialistas na Europa ocidental. Acontece que a adoção de políticas econômicas neoliberais por partidos de esquerda não é algo que tenha ocorrido sem profundas consequências negativas para a própria identidade desses partidos e para a configuração político-cultural dos países. Poderíamos até arriscar a interpretação de que as consequências sociais mais amplas desses governos de esquerda que adotaram políticas econômicas neoliberais demonstraram que o neoliberalismo não é ideologicamente neutro e sua adoção no campo

econômico tende a produzir objetividades e subjetividades fortemente regressivas em relação à dignidade da vida humana.

No que se refere à despolitização como uma das consequências das políticas econômicas neoliberais, é importante ressaltar que se trata de um fenômeno que atinge a sociedade de maneira extensa, a começar pela própria política partidária que foi se tornando cada vez mais midiática, desprovida de discussões sobre os problemas estruturais da sociedade capitalista e também destituída do confronto entre possíveis alternativas para o ordenamento social. As diferenças entre os partidos de direita e de esquerda voltam-se mais para aspectos da superestrutura sociocultural do que para a questão da base econômica, já que esta é vista como uma dimensão técnica, deixada a cargo de especialistas. Essa autonomização da esfera econômica não deixa de ser fortalecida, de forma não necessariamente intencional, por certas vertentes de alguns movimentos de defesa dos direitos de grupos sociais submetidos a relações de opressão que, ao procurarem enfatizar a necessidade de enfrentamento e superação de processos culturais excludentes e discriminatórios, por vezes perdem de vista as relações entre esses problemas e a dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo. Paradoxalmente, o esforço por não reduzir os fenômenos culturais a uma determinação unilateral e mecanicista pelas forças econômicas acaba por separar a esfera cultural da esfera econômica, contribuindo para a autonomização desta última e, conseqüentemente, para um poder ainda maior de determinação de toda a superestrutura sociocultural pela lógica do capital.

Além da despolitização da política partidária, verificou-se a despolitização das organizações sindicais associada à perda de direitos e aumento da insegurança dos trabalhadores em razão tanto das políticas governamentais neoliberais como da acirrada competição pelos postos de trabalho em redução. O aprofundamento das desigualdades sociais, que tem por uma de suas manifestações, mas não a única, a brutal concentração de renda em nível mundial e nacional, torna a vida social uma acirrada luta de cada pessoa contra as demais em busca primeiramente da sobrevivência e, quando o indivíduo consegue superar a linha da pobreza, a luta se transforma em busca do sucesso econômico que o coloque a uma distância aparentemente segura do amedrontador limite inferior.

Esse processo de economização da sociedade conecta-se, na teoria neoliberal, ao princípio de que o mercado é o motor da evolução social, o mecanismo mais eficaz de satisfação das necessidades humanas e o mais complexo meio de comunicação espontaneamente surgido na prática econômica. Uma das principais fontes bibliográficas dessa teoria é o livro *Law, Legislation and Liberty* (HAYEK, 2013), que teve sua primeira edição em 1982, constituindo-se da reunião de três livros de Hayek publicados anteriormente: *Rules and Order*, de 1973, *The Mirage of Social Justice*, de 1976 e *The Political Order of a Free People*, de 1979. O capítulo 10 de *Law, Legislation and Liberty* volta-se à análise da ordem de mercado (HAYEK, 2013, pp. 267-290). O autor inicia o capítulo afirmando que o uso impreciso do termo economia leva a uma série de erros. Esse uso impreciso consistiria, basicamente, em se aplicar indistintamente o termo economia tanto para os empreendimentos individualmente considerados quanto para o conjunto das relações econômicas de um país ou vários países. Hayek prefere então reservar o termo economia,

no singular, para o primeiro caso, com o significado de “um complexo de atividades pelas quais um determinado conjunto de meios é alocado de acordo com um plano unitário entre os fins concorrentes, de acordo com sua importância relativa”⁴ (HAYEK, 2013, p. 268). Em outras palavras, economia seria o processo pelo qual os indivíduos empreendedores investiriam na alocação de meios específicos de produção, incluindo-se entre esses meios o trabalho de outras pessoas, com vistas à produção de tipos também específicos de bens (mercadorias) cuja venda seja lucrativa. Trata-se, portanto, de um processo que envolve sujeitos com necessidades concretamente definidas e a produção de bens com características particulares. Produzir sapatos significa produzir um tipo de bem de consumo que satisfaz determinadas necessidades dos indivíduos diferentes daquelas necessidades que seriam satisfeitas pela produção de armas de fogo. A diferença, segundo Hayek, entre a atividade econômica – com essas características concretas e contextualizadas – e a economia da sociedade no seu todo, reside no fato de que esta última não pode ser dirigida por finalidades concretas, por escolhas valorativas sobre o que produzir e quanto produzir. A economia de uma sociedade deve, segundo esse pensador, ser comandada por regras abstratas universais que permitam a livre movimentação dos agentes econômicos a partir da dinâmica espontânea, impessoal e neutra do mercado. A decisão de se produzirem sapatos ou armas de fogo será tomada em função exclusivamente de uma avaliação do mercado pelos investidores. Para Hayek, a dinâmica econômica do conjunto da sociedade deve ser neutra em relação aos fins concretos:

O que é comumente chamado economia social ou nacional não é, nesse sentido, uma economia única, mas uma rede de muitas economias entrelaçadas. Sua ordem compartilha, como veremos, com a ordem de uma economia em sentido próprio, algumas características formais, mas não a mais importante: suas atividades não são governadas por uma única escala ou hierarquia de fins. A crença de que as atividades econômicas dos membros individuais da sociedade são ou devem fazer parte de uma economia no sentido estrito desse termo, e que o que é comumente descrito como a economia de um país ou sociedade deve ser ordenado e julgado pelo mesmo critério de uma economia propriamente dita, é a principal fonte de erro nesse campo. Mas, sempre que falamos da economia de um país ou do mundo, empregamos um termo que sugere que esses sistemas devam ser executados em linhas socialistas e dirigidos de acordo com um único plano, a fim de servir a um sistema unitário de fins. Enquanto uma economia propriamente dita é uma organização no sentido técnico em que definimos esse termo, isto é, um arranjo deliberado do uso dos meios conhecidos por uma única agência, o cosmos do mercado não é nem pode ser governado por uma escala tão única de fins;

⁴ (...) a complex of activities by which a given set of means is allocated in accordance with a unitary plan among the competing ends according to their relative importance.

serve à multiplicidade de fins separados e incomensuráveis de todos os seus membros separados.⁵ (HAYEK, 2013, p. 268).

Esse “cosmos do mercado” seria a forma mais bem sucedida de confluência entre os interesses que moveriam a produção de bens e os interesses de quem consome os bens produzidos.

Agora é necessário examinar mais detalhadamente os atributos especiais possuídos pela ordem do mercado e a natureza dos benefícios que lhe devemos. Essa ordem serve aos nossos fins não apenas, como toda ordem, guiando nossas ações e produzindo certa correspondência entre as expectativas das diferentes pessoas, mas também, em um sentido que devemos agora tornar mais preciso, aumentando as perspectivas ou chances de cada um de um domínio maior sobre os vários bens (isto é, mercadorias e serviços) mais do que somos capazes de garantir de qualquer outra maneira. Veremos, no entanto, que esse modo de coordenar as ações individuais garantirá um alto grau de coincidência de expectativas e uma utilização eficaz do conhecimento e das habilidades dos vários membros apenas ao preço de uma decepção constante de algumas expectativas. (HAYEK, 2013, p. 267)⁶

Não subestimemos a importância, nessa teoria, da afirmação de que a decepção constante de algumas expectativas é o preço a ser pago ao mercado para que ele coordene as ações individuais de uma maneira que garanta “um alto grau de coincidência de expectativas e uma utilização eficaz do conhecimento e das habilidades dos vários membros” da sociedade. Não nos esqueçamos, inclusive, que esse tipo de afirmação é parte da argumentação

⁵ What is commonly called a social or national economy is in this sense not a single economy but a network of many interlaced economies. Its order shares, as we shall see, with the order of an economy proper some formal characteristics but not the most important one: its activities are not governed by a single scale or hierarchy of ends. The belief that the economic activities of the individual members of society are or ought to be part of one economy in the strict sense of this term, and that what is commonly described as the economy of a country or a society ought to be ordered and judged by the same criteria as an economy proper, is a chief source of error in this field. But, whenever we speak of the economy of a country, or of the world, we are employing a term which suggests that these systems ought to be run on socialist lines and directed according to a single plan so as to serve a unitary system of ends. While an economy proper is an organization in the technical sense in which we have defined that term, that is, a deliberate arrangement of the use of the means which are known to some single agency, the cosmos of the market neither is nor could be governed by such a single scale of ends; it serves the multiplicity of separate and incommensurable ends of all its separate members.

⁶ It is necessary now to examine more fully the special attributes possessed by the order of the market and the nature of the benefits we owe to it. This order serves our ends not merely, as all order does, by guiding us in our actions and by bringing about a certain correspondence between the expectations of the different persons, but also, in a sense which we must now make more precise, by increasing the prospects or chances of every one of a greater command over the various goods (i.e. commodities and services) than we are able to secure in any other way. We shall see, however, that this manner of co-ordinating individual actions will secure a high degree of coincidence of expectations and an effective utilization of the knowledge and skills of the several members only at the price of a constant disappointment of some expectations.

de um livro no qual o autor condena a noção de justiça social ou justiça distributiva por considerá-la como uma das mais nocivas crenças do século XX:

No entanto, é a crença geral na validade do conceito de "justiça social" que leva todas as sociedades contemporâneas a cada vez maiores esforços do segundo tipo e que tem uma tendência peculiar de auto-aceleração: quanto mais a posição dos indivíduos ou grupos é vista como dependente das ações do governo, mais eles insistirão que os governos visem algum esquema reconhecível de justiça distributiva; quanto mais os governos tentam realizar algum padrão preconcebido de distribuição desejável, mais eles devem sujeitar a posição dos diferentes indivíduos e grupos ao seu controle. Enquanto a crença na "justiça social" governa a ação política, esse processo deve se aproximar cada vez mais a um sistema totalitário⁷. (HAYEK, 2013, p. 232)

Fica assim explicado porque devemos aceitar que expectativas sejam frustradas como um preço a se pagar pela superioridade do mercado como princípio motor do desenvolvimento social e da liberdade individual. Qualquer iniciativa estatal para diminuir as desigualdades sociais, para melhorar a distribuição de renda, diminuir a pobreza, possibilitar um acesso mais equitativo aos bens e serviços, redundará em regimes "totalitários", ou seja, em diminuição e, no limite, ausência de liberdade individual. Mas há pelo menos duas perguntas embaraçosas não formuladas nesse capítulo do livro de Hayek. Quem deve se resignar a pagar ao mercado o preço da frustração permanente de suas expectativas? A resposta é bastante conhecida: aqueles que seriam beneficiados com a justiça distributiva, ou seja, os desempregados, os excluídos e os que têm que se submeter à máxima exploração de sua capacidade de trabalho em troca de uma remuneração mínima para sua sobrevivência. Quem terá sua liberdade individual assegurada pelo mercado? Também nesse caso a resposta é óbvia: aqueles que sejam proprietários de riqueza suficiente para não correrem o risco de perda da confortável situação material em que vivem.

E qual a explicação de Hayek para o fato de ele considerar o mercado como o mais eficiente sistema social de produção e acesso aos bens e serviços, como a melhor forma de fazer com que coincidam os interesses díspares que movem as ações dos indivíduos? A resposta estaria, segundo esse autor, na limitada capacidade humana de conhecer a realidade. Deveríamos nos submeter ao mercado porque não teríamos condições de conhecer a realidade social como uma totalidade. A complexidade resultante

⁷ Yet it is the general belief in the validity of the concept of 'social justice' which drives all contemporary societies into greater and greater efforts of the second kind and which has a peculiar self-accelerating tendency: the more dependent the position of the individuals or groups is seen to become on the actions of government, the more they will insist that the governments aim at some recognizable scheme of distributive justice; and the more governments try to realize some preconceived pattern of desirable distribution, the more they must subject the position of the different individuals and groups to their control. So long as the belief in 'social justice' governs political action, this process must progressively approach nearer and nearer to a totalitarian system.

da totalidade das ações individuais estaria além de nossa capacidade de conhecimento e compreensão e, portanto, se tentarmos controlar aquilo que não podemos conhecer, o resultado será catastrófico em termos econômicos e autoritário em termos políticos. A atitude mais sábia, nessa perspectiva, seria a de organizar a sociedade de maneira a eliminar ao máximo possível os obstáculos ao funcionamento espontâneo do mercado. Aqui é necessário entender a distinção que Hayek faz entre uma ordem construída deliberadamente e uma ordem resultante de transformações espontâneas.

A ordem produzida, que já chamamos de ordem exógena ou arranjo, pode ser novamente descrita como uma construção, uma ordem artificial ou, especialmente quando temos que lidar com uma ordem social direcionada, como organização. Por outro lado, a ordem que cresceu, a qual chamamos ordem autogerada ou endógena, é em inglês mais convenientemente descrita como ordem espontânea. O grego clássico teve mais sorte em possuir palavras únicas distintas para os dois tipos de ordem, ou seja, *táxis* para uma ordem produzida, como, por exemplo, uma ordem de batalha, e *kosmos* para uma ordem que cresceu, significando originalmente 'uma ordem correta em um estado ou comunidade'. Ocasionalmente, utilizaremos essas palavras gregas como termos técnicos para descrever os dois tipos de ordem⁸. (HAYEK, 2013, p. 36)

O mercado seria uma ordem espontânea e, em relação a esse tipo de ordem, o autor argumenta que ela possui um grau de complexidade tão elevado que jamais poderia resultar de um projeto construído pela mente humana:

Já que uma ordem espontânea resulta da adaptação de elementos individuais a circunstâncias que afetam diretamente somente alguns deles e que, em sua totalidade não precisam ser conhecidas por alguém, ela pode se estender para circunstâncias tão complexas que nenhuma mente possa compreendê-las. Consequentemente, o conceito se torna particularmente importante quando nós passamos de fenômenos mecânicos para outros mais altamente organizados ou essencialmente complexos tal como encontramos nos domínios da vida, da mente ou da sociedade. Aqui nós temos que lidar com estruturas que cresceram, que têm um grau de complexidade que foi adquirido e somente poderia ser

⁸ The made order which we have already referred to as an exogenous order or an arrangement may again be described as a construction, an artificial order or, especially where we have to deal with a directed social order, as an organization. The grown order, on the other hand, which we have referred to as a self-generating or endogenous order, is in English most conveniently described as a spontaneous order. Classical Greek was more fortunate in possessing distinct single words for the two kinds of order, namely *taxis* for a made order, such as, for example, an order of battle, and *kosmos* for a grown order, meaning originally 'a right order in a state or a community'. We shall occasionally avail ourselves of these Greek words as technical terms to describe the two kinds of order.

adquirido porque elas foram produzidas por forças ordenadoras espontâneas⁹. (HAYEK, 2013, p. 39)

O autor argumenta que os seres humanos devem ser cautelosos em relação às ordens espontâneas resultantes das ações humanas, pois nossa incapacidade de compreender a complexidade das interações entre os muitos elementos que compõem esse tipo de ordem faz com que nossas tentativas de intervenção em seu funcionamento causem perturbações com consequências que podem ser bastante negativas.

Em consequência, o grau de poder de controle sobre a ordem mais extensa e mais complexa será muito menor do que aquele que nós poderíamos exercer sobre uma ordem produzida ou *táxis*. Existirão muitos aspectos dela sobre os quais nós não teremos qualquer controle ou que ao menos não seremos capazes de alterar sem interferir - e nessa medida impedir - as forças que produzem a ordem espontânea. Qualquer desejo que possamos ter em relação à posição particular de elementos individuais, ou à relação entre indivíduos ou grupos específicos, pode não ser satisfeito sem perturbar a ordem geral¹⁰. (HAYEK, 2013, p. 40)

A mensagem é clara: não sejamos imprudentes e insensatos tentando mudar aquilo que se formou por si mesmo e ultrapassa em muito os limites de nossa capacidade de compreensão. E não se trata apenas do fato de que a humanidade ainda não disporia de conhecimentos suficientes para dirigir de forma consciente e organizada a maneira como a sociedade se estrutura e funciona. Para Hayek esse tipo de conhecimento é impossível e, portanto, sempre será inviável e perigosa qualquer tentativa de intervir sobre as ordens espontâneas, entre as quais se destaca a do mercado. O autor não nega que se possa agir em favor do desenvolvimento da ordem espontânea, porém entende que essas ações devem incidir sobre as formas abstratas das dinâmicas de funcionamento dessas ordens a partir de um conhecimento teórico de suas formas abstratas. Não se trata, porém, de se tentar dirigir esse desenvolvimento, mas tão somente de se impulsionar a dinâmica espontânea.

⁹ Since a spontaneous order results from the individual elements adapting themselves to circumstances which directly affect only some of them, and which in their totality need not be known to anyone, it may extend to circumstances so complex that no mind can comprehend them all. Consequently, the concept becomes particularly important when we turn from mechanical to such 'more highly organized' or essentially complex phenomena as we encounter in the realms of life, mind and society. Here we have to deal with 'grown' structures with a degree of complexity which they have assumed and could assume only because they were produced by spontaneous ordering forces.

¹⁰ In consequence, the degree of power of control over the extended and more complex order will be much smaller than that which we could exercise over a made order or *taxis*. There will be many aspects of it over which we will possess no control at all, or which at least we shall not be able to alter without interfering with—and to that extent impeding—the forces producing the spontaneous order. Any desire we may have concerning the particular position of individual elements, or the relation between particular individuals or groups, could not be satisfied without upsetting the overall order.

No caso da sociedade como uma ordem espontânea, as pessoas continuarão a agir movidas por finalidades particulares e conhecimentos também particulares, sem precisarem conhecer como se movimenta a sociedade em seu todo. Acrescentaríamos que essa visão considera também não ser necessário, às ações sociais bem sucedidas, que as pessoas se preocupem com a direção para a qual esteja caminhando a sociedade. Ou seja, as pessoas devem confiar que o mercado fará com que a resultante total das ações humanas seja a melhor possível e devem confiar nos economistas que dominem as formas abstratas de movimentação do mercado e adotem políticas econômicas que favoreçam o livre funcionamento das dinâmicas espontâneas, supondo-se, é claro, que esses economistas não tentem favorecer algum setor particular da sociedade.

Não é difícil notar uma grande semelhança entre a teoria neoliberal e as visões religiosas do mundo e da vida. Na doutrina do neoliberalismo existem forças e seres cujos poderes ultrapassam as capacidades humanas e não podem ser compreendidos em toda sua complexidade (o mercado, o capital). Mas uma casta da sociedade (os economistas) pode ser formada de maneira a dominar linguagens e rituais que permitem sondar, intuir, prever o que está para acontecer a partir de movimentos dessas forças ou seres. Continuando com a analogia com práticas religiosas, existem sacrifícios que podem ser feitos visando-se exercer alguma influência sobre os movimentos do mercado. Esses sacrifícios estão no campo do que Hayek chamou de "decepção constante de algumas expectativas", sendo que a experiência histórica mostra que, na maior parte das vezes, são ofertados em sacrifício nos altares econômicos os trabalhadores, os desempregados e os totalmente excluídos das benesses da sociedade do livre mercado. Ainda segundo a doutrina neoliberal, ao invés de simplesmente aceitarmos que esse tipo de decepção virá, os governantes podem se antecipar e, por exemplo, reduzir os direitos dos trabalhadores, fazer cortes em programas sociais, privatizar ou desmantelar instituições públicas, de maneira a agradar às forças do mercado e, dessa forma, tentar minimizar as crises econômicas. Na prática, essas medidas quase nunca amenizam ou impedem as crises, mas fazem com que os grandes investidores não sofram abalos significativos em seu poder econômico e em seu padrão de vida.

É de ordem utilitária, tanto em termos prático-materiais como em termos de adaptação às visões de mundo mais difundidas, o tipo de conhecimento necessário à luta do cidadão comum para tentar não fazer parte do grande contingente constituído pelos chamados *losers* (os perdedores) e sim da pequena parcela dos *winner*s (os ganhadores). Não importa que as visões de mundo mais aceitas sejam repletas de ideias falsas, preconceitos, valores mesquinhos e egoístas ou de noções profundamente desrespeitosas em relação à maior parte da humanidade, desde que tudo isso integre um universo cultural no qual o indivíduo possa transitar com desenvoltura e, dessa forma, alcançar seus objetivos pessoais. Temos aí, sem dúvida, um excelente fertilizante para o cultivo do obscurantismo, já que se difunde por todas as dimensões da prática e da vida humana não apenas um acirrado espírito de competição, mas também uma ausência de questionamentos éticos sobre os meios empregados para deixar os competidores para trás.

Uma das formas pelas quais a lógica da competição se incorporou à produção de conhecimento nas instituições públicas brasileiras de ensino superior foi por meio do produtivismo acadêmico, cujas conexões com o neoliberalismo serão analisadas no próximo item, onde também apresentaremos nossos argumentos em favor da ideia de que o produtivismo tem funcionado como um Cavalo de Tróia que atua no sentido da abertura dos portões das instituições de ensino superior para a entrada do obscurantismo.

2. Produtivismo acadêmico, neoliberalismo e obscurantismo

Uma primeira observação a ser feita é a de que não estamos afirmando que o obscurantismo tenha nas instituições de ensino superior as mesmas características e a mesma força que tem em outros espaços da sociedade brasileira contemporânea. Os embates entre Abraham Weintraub e as universidades públicas brasileiras foram uma clara demonstração de que as instituições de produção do conhecimento em nosso País são um dos alvos prediletos dos militantes em prol do obscurantismo. Mas seria ingenuidade assumir que as universidades e os institutos superiores seriam instituições imunes à penetração de ideologias retrógradas. Qualquer instituição pública, incluindo-se as educacionais em todos os níveis, estão sujeitas aos embates ideológicos que existam na sociedade como um todo. Algumas instituições podem se mostrar mais inclinadas à reprodução de visões conservadoras da sociedade, ao passo que outras podem apresentar uma relativa tendência a abrigarem correntes de pensamento mais progressistas e contestadoras do *status quo*. Mas as instituições não deixam de reproduzir as mudanças históricas no panorama ideológico nacional e regional e também não se constituem em ambientes homogêneos em termos das ideias que nelas circulam, havendo sempre, em graus maiores ou menores, a convivência não necessariamente harmoniosa ou pacífica entre diferentes e divergentes concepções de mundo.

O fato de as universidades públicas brasileiras serem instituições de produção e difusão de conhecimento, bem como de formação de pesquisadores e de professores, as coloca, num primeiro momento, em oposição ao obscurantismo que é extremamente hostil ao pensamento científico, principalmente quando este colide com as mistificações e o irracionalismo que caracterizam a cultura obscurantista. Entretanto, a própria história das relações entre ciência e capitalismo mostra o quanto a lógica econômica pode colocar a produção de conhecimento a serviço da irracionalidade, da desumanização e da destruição da vida. Uma das formas pelas quais a produção de conhecimento pode se conectar a agendas econômicas, políticas e culturais retrógradas, irracionais e destrutivas é submetendo-se o trabalho dos pesquisadores a processos que dificultem ao máximo a reflexão sobre o sentido social e histórico dos conhecimentos que estejam sendo produzidos. A intensificação do trabalho docente, a fragmentação dos produtos das atividades de pesquisa, as exigências de produtividade acadêmica para obtenção dos recursos financeiros, a subordinação da atividade investigativa a demandas econômicas imediatas, a abreviação do tempo de formação de pesquisadores, a hiperespecialização, a sobreposição de processos de avaliação do trabalho do docente-pesquisador e

a constante mudança dos critérios de avaliação são alguns dos elementos de uma situação que faz do docente universitário uma peça de uma máquina que não pode parar.

Produtividade não é o mesmo que produção. A produtividade envolve relações quantitativas entre os insumos (em geral traduzidos em valores financeiros) e os produtos num determinado intervalo de tempo. Nessa lógica, será considerado improdutivo o indivíduo que produza algo, mas não o faça dentro da relação quantitativa estipulada como parâmetro de produtividade desejada.

A extração da mais-valia continua, neste século XXI, sendo a força motriz das transformações no mundo do trabalho que, conectadas ao avanço do regime de predominância do capital financeiro, desencadearam uma série de mudanças na prática social em todas suas instâncias e, portanto, também nas atividades de ensino pesquisa e extensão nas universidades. Em outras palavras, a universidade pública tornou-se parte de um movimento crescente de precarização, fragmentação e complexificação do trabalho. Esse processo manifesta-se em altos índices de desemprego, de empregos informais, sem a garantia dos direitos sociais trabalhistas e previdenciários, de condições de trabalho aviltadas, de baixos salários, de contratos temporários e terceirizados, e de adoecimentos expressos sob diversas formas de doenças. No universo dessa sociabilidade contemporânea, o capital e suas leis necessitam cada vez mais de formas diferenciadas de trabalho preferencialmente terceirizado e intensificado em suas formas e técnicas (ANTUNES, 2009).

Nas universidades públicas essas mudanças do mundo do trabalho articulam-se ao desmonte dos serviços públicos, acarretando deterioração das condições institucionais de exercício da docência, flexibilização e precarização dos contratos de trabalho, intensificação do ritmo e ampliação da variedade das tarefas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária. Quando ainda estava em curso o segundo mandato do presidente Lula, pesquisadores educacionais do campo da esquerda já manifestavam suas preocupações com os rumos das políticas públicas para o ensino superior:

A universidade – não sem a contraposição de movimentos sociais, políticos e sindicais e de intelectuais que ainda resistem – está sendo transformada em uma instituição tutelada pelo capital e pelo Estado, tendo o mercado como mediador. A racionalidade mercantil tornou-se o núcleo da política, com severas consequências para o governo popular democrático – que se distancia cada vez mais de sua origem –, para o pensamento intelectual mais crítico, para a esquerda partidária, para a pesquisa sobre as políticas públicas de educação superior, mas, sobretudo, para as atividades e formação do professor-pesquisador das universidades estatais públicas (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009, p. 61-62).

O projeto neoliberal de sociedade atacou o sentido histórico das instituições educativas públicas, entre elas, escolas e universidades. O significado dessas instituições passou a ser questionado a pretexto de ser necessário se revisar seu papel no atendimento de demandas sociais. As práticas universitárias foram em sua maioria, reorientadas pela lógica da

racionalidade do mercado, o que se materializou nas parcerias público-privado que se estabeleceram no Brasil após a Reforma do Aparelho do Estado em 1995, mas que a cada crise do capital, se reestrutura sob novas formas de controle. Nesse cenário, as grandes corporações privadas no campo da educação passaram a assumir protagonismo cada vez maior na definição de políticas públicas para a educação que fossem orientadas pelos interesses de grupos de investidores do mercado financeiro. As crises são usadas como justificativa para medidas de aprofundamento dos ataques aos direitos dos trabalhadores e aos serviços públicos. A reforma trabalhista no governo Temer e a reforma previdenciária no governo Bolsonaro são resultados de uma política devastadora para os trabalhadores de modo geral e atingem de maneira não menos danosa os professores em todos os níveis de ensino.

O *modus operandi* advindo com as práticas de caráter competitivo nas formas de organização do trabalho nas universidades públicas tem recrudescido alguns dos princípios da racionalidade do modelo neoliberal, quais sejam: o individualismo, a concorrência e a meritocracia. A ofensiva neoliberal contra os serviços públicos, contra a universidade pública, ganha um contorno ainda mais violento com Jair Bolsonaro na Presidência da República e com Olavo de Carvalho como mentor ideológico de boa parte dos integrantes desse governo. Ambos não perdem uma oportunidade sequer de atacar o conhecimento produzido e socializado nas universidades através do trabalho de professores, pesquisadores e alunos de graduação e pós graduação.

O produtivismo acadêmico, expressão cunhada para designar a racionalidade mercantil na universidade pública, tornou-se uma prática social hegemônica nas instituições de ensino superior, fazendo com que indivíduos, grupos de pesquisa e universidades assumissem a competição como princípio impulsionador do trabalho com o conhecimento. Os órgãos oficiais de financiamento das pesquisas no Brasil (Capes, CNPq e fundações estaduais) assumiram o produtivismo acadêmico como critério decisivo para o financiamento de pesquisas. As universidades, por sua vez, incorporaram esse mesmo critério aos processos de avaliação de docentes e discentes dos programas de pós-graduação. Mesmo quando não submetida diretamente a interesses da iniciativa privada, a produção de conhecimento nas universidades acabou por se render ao modelo de dinâmica produtiva desenvolvido no capitalismo neoliberal.

Esse ambiente acadêmico dominado pela lógica produtivista neoliberal produziu uma aparente despolitização das práticas universitárias, processo esse que, ao ser analisado em maior profundidade, se mostra como uma politização neoliberal com propensões à tolerância em relação a ideias e atitudes de cunho obscurantista ou, pior, simpatia em relação às mesmas.

É claro que ideias e atitudes obscurantistas chegam à universidade por diversas maneiras e pelos vários agentes que atuam na instituição: professores, alunos e funcionários. Nesse sentido, seria um equívoco considerar que o produtivismo acadêmico como modo contemporâneo de configuração do trabalho docente seria o único elemento favorecedor da infiltração do obscurantismo no ambiente universitário. Um exemplo de outra forma de manifestação do obscurantismo no ensino superior é o de pessoas aderentes às ideias do movimento Escola sem Partido que se engajam em denúncias de professores que supostamente estariam praticando a doutrinação

política em sala de aula. Mas também tem sido um fenômeno cada vez mais frequente o de pessoas doutrinadas em algumas vertentes do cristianismo que denunciam professores universitários pelo fato destes trabalharem com conteúdos científicos, filosóficos ou artísticos que conflitam com certos dogmas religiosos e interpretações da Bíblia.

O simples fato de algumas atividades didáticas no ensino superior se caracterizarem como um convite ao ato de se pensar de maneira racional e objetiva sobre questões da história natural e social e sobre as relações sociais contemporâneas, não raro se torna um evento desencadeador de fortes reações emocionais defensivas alimentadas por culturas que vêm no debate acadêmico o risco da sedução por forças malignas. Esse tipo de situação, embora não seja criado pelo fenômeno do produtivismo acadêmico, encontra mais facilidade para se reproduzir num ambiente universitário em que quase todos estejam mais preocupados com os índices de produtividade do que com o tipo de ambiente intelectual que esteja sendo cultivado na vida universitária. A lógica mercantil, que acaba por formatar todas as dinâmicas e práticas da instituição universitária, tende a criar uma atitude desfavorável ao dispêndio de tempo com atividades consideradas improdutivas. Soma-se a isso o fato de que a orientação pedagógica predominante nos currículos dos cursos de graduação é a da pedagogia das competências (RAMOS, 2001) que tem por vetor principal um espírito de adaptação às mudanças sociais quase nunca questionadas.

No momento em que escrevemos este artigo, a condução das práticas universitárias pela sociabilidade neoliberal se acentua de maneira drástica na forma de uma grande pressão pela adoção pelas universidades, do ensino a distância, rebatizado como ensino remoto. As alegações de que essa seria uma estratégia momentaneamente adotada, em razão do isolamento social como forma de diminuição do ritmo de difusão do vírus COVID-19, não se mostram muito convincentes porque vêm acompanhadas de uma retórica de modernização, adoção de metodologias ativas, etc., que não consegue disfarçar o entusiasmo por algo que parece ser um projeto de longo prazo. Em se confirmando a adoção de um projeto dessa natureza, o resultado será a acentuação de um caráter pragmático e superficial da relação pedagógica entre professores, alunos e os conhecimentos. A tendência será a de distanciamento de uma perspectiva do ensino superior como formação de intelectuais que se posicionam sobre a realidade social da qual fazem parte. Do ponto de vista da atividade de ensino, as energias mentais dos professores e dos alunos acabam por se voltar mais para os meios (as ferramentas tecnológicas) do que para os fins (os objetivos propriamente educativos). Concretiza-se, assim, a máxima de McLuhan (2013, p. 16), "*the medium is the message*" (o meio é a mensagem) que foi usada pelo autor como título do primeiro capítulo de seu livro *Understanding Media: the extensions of man*, que teve sua primeira edição em 1964. A reificação das tecnologias digitais de informação e comunicação faz avançar ainda mais o processo de domínio da educação em nível superior pela visão de mundo neoliberal e, dessa maneira, põe por terra a maior parte dos obstáculos à difusão do obscurantismo num ambiente que, a princípio, lhe seria bastante hostil por ser local de produção e difusão de conhecimento.

Considerações finais

Enquanto houver história, nenhuma configuração sociocultural é insuperável. Vivemos um momento mundial e nacional de muitas derrotas para aqueles que defendem a necessidade de superação da atual forma de organização social comandada pelo capital. Mais do que isso, um momento histórico de muitas derrotas para todos os que defendem a dignidade da vida humana. O fenômeno do bolsonarismo é uma clara expressão do avanço da barbárie, que é consequência dos graves problemas que o capitalismo tem criado ou agravado nas últimas décadas e que não se mostra com capacidade ou interesse em resolver. Esse fenômeno tem um potencial destrutivo muito grande e no que se refere à educação esse potencial é letal. Nosso entendimento é o de que a luta contra o bolsonarismo e o obscurantismo requer a compreensão de suas relações não acidentais com o neoliberalismo. O ensino superior público brasileiro precisa tomar consciência de que a tentativa de adaptação às exigências do produtivismo acadêmico não garantirá a sobrevivência da universidade pública. Essa tentativa, ao disseminar uma cultura universitária competitiva e aderente à lógica de mercado, pode acabar reproduzindo a ingenuidade dos troianos que aceitaram o presente dos gregos como um aceno de paz e, com isso, permitiram que o inimigo invadissem sua cidade e a destruíssem totalmente. Resta saber se ainda há tempo e se teremos as forças e a vontade necessárias para reagirmos na direção oposta à da destruição da universidade pública pelo neoliberalismo obscurantista.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

GARRISON, Roger W. Hayek and Friedman: Head to Head In: **SEA (Southern Economic Association) Meeting**, New Orleans, EUA, 2007, p. 1-21. Disponível em: <<http://webhome.auburn.edu/~garrir/hayek%20and%20friedman.pdf>> Acesso: 08/07/2020.

HAYEK, Friedrich A. **Law, Legislation and Liberty**. Londres, Inglaterra: Routledge, 2013.

MADRA, Yahya M.; ADAMAN, Fikret. Neoliberal reason and its forms: depoliticisation through economisation. **Antipode: a radical journal of Geography**. England and Wales, vol. 46, n. 3, pp. 691-716, 2014.

MARCOS, Fabrício L. F. **Mecanismos de despolitização da esfera pública no Brasil atual**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2018.

McLUHAN, Marshall. **Understanding Media: the extensions of man**. Berkeley, California, EUA: Gingko Press, 2013.

RAMOS, Marise N. **Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, Igor Tadeu Camilo. Governo Bolsonaro: ala "técnica" é também ideológica. **Blog Entendendo Bolsonaro**. Artigo publicado em 03/09/2019. Disponível em: <<https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/2019/09/03/ala-tecnica-do-governo-bolsonaro-e-tambem-ideologica/>> Acesso: 21/06/2020.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR., João R. **O trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico.** São Paulo: Xamã, 2009.

Contribuição dos autores:

Autor 1: Contribuição substancial para a concepção da problemática e definição da linha de análise. Principal responsável pela redação do artigo.

Autor 2: Contribuição substancial para a concepção da problemática e definição da linha de análise. Colaboração na redação do artigo e participação ativa na revisão final do manuscrito.

Autor 3: Contribuição substancial para a concepção da problemática e definição da linha de análise. Colaboração na redação do artigo e participação ativa na revisão final do manuscrito.

Enviado em: 12/julho/2020 | Aprovado em: 13/julho/2020